



A planificação econômica e o Estado liberal

Alexandre Santos

Comentário sobre a importância do planejamento econômico como forma de reduzir as mazelas perpetradas pela livre concorrência.

Há uma consciência geral da necessidade de que o poder público exerça uma planificação econômica capaz de compensar parte das mazelas que decorrem naturalmente das "relações do livre mercado

Embora os ultra-liberais insistam em ressuscitar o *laissez faire*, reduzindo o Estado à sua menor dimensão, há uma consciência geral da necessidade de que o poder público exerça uma *planificação econômica* capaz de compensar parte das mazelas que decorrem naturalmente das "relações do livre mercado".

De fato, a exceção dos ultra-liberais e dos mal-intencionados de diversos matizes, todos reconhecem a impropriedade do mercado como elemento único de planificação econômica, principalmente em função da concentração de renda que induz e facilita. Naturalmente, a intensidade dessa *planificação econômica* varia em função das preferências políticas vigentes. Nos países socialistas, a *planificação* tem um caráter *impositivo*, regulando o funcionamento dos principais setores da economia. Em outros países, como a França por exemplo, se praticam modelos de *planificação econômica não-impositiva* que balizam o funcionamento da economia através de "recomendações" e "orientações" ao setor privado. Mesmo países de orientação liberal, como os EUA, reconhecem a ineficiência da festejada "mão invisível" e adotam algum tipo de *planificação econômica*, revelando decisões do governo através de documentos que, genericamente, recebem o nome de Diretrizes Econômicas.

No Brasil, a *planificação econômica* é, formalmente, exercida pelo Poder Legislativo que aprova uma Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) elaborada pelo ministério do planejamento do Poder Executivo. Nesse sentido, a existência de uma LDO poderia significar que o Estado Nacional tem como exercer algum controle sobre o funcionamento da economia, permitindo a tomada de decisões que contribuam para a realização do Bem Estar Social. Isto, no entanto, não ocorre pois os Raubritters tomaram o governo de assalto, estabelecendo um Estado Liberal da pior qualidade.

De fato, o Estado brasileiro foi privatizado pelos plutocratas que vêm, continuamente, estabelecendo as "prioridades de governo" e, mesmo, moldando a conduta dos nossos governantes apenas para ampliar suas chances de ganhar mais dinheiro fácil. Fora o criminoso programa de desestatização, que vem sangrando as riquezas nacionais, presentemente assistimos a verdadeira batalha que se trava nos bastidores da chamada Comissão de Orçamento da Câmara dos Deputados, envolvendo parlamentares e lobistas, para conciliar a LDO com os interesses vis dos plutocratas.

A luta entre os manipuladores do poder planificador do Estado ficou tão acirrada que, no último dia 05 de dezembro, o ministro Gustavo Krause, do Meio Ambiente, precisou intervir numa disputa envolvendo um tal Alfredo Moreira, lobista da construtora Andrade Gutierrez - que, se imaginando autoridade pública, pretende manipular a confecção da LDO para garantir os recursos necessários para atender aos seus interesses privados - e o deputado Pedrinho Abrão que, se esquecendo que é uma autoridade pública, quis vender, por uma propina de 4% sobre o valor da obra, seus "serviços de despachante de luxo" aos plutocratas.

Esse episódio, além de revelar o evidente processo de privatização do Estado Nacional que os liberais que controlam o fraco FHC têm levado adiante, demonstra que, ao nível do governo, não há a menor intenção em reverter o presente quadro de privatização do Estado. De fato, a julgar pelas providências tomadas pelo presidente da Câmara, Luiz Eduardo Magalhães - que, desqualificando a gravidade do episódio, se limitou a criar uma mera comissão de sindicância para apurar a responsabilidade do deputado corrupto - e do governo FHC - que apressou-se em mobilizar sua base parlamentar para inviabilizar a convocação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar profundamente o mecanismo de corrupção - a estrutura que permite a privatização na "planificação econômica brasileira" será mantida.

Com efeito, a história recente do país demonstra que mesmo casos aparentemente mais graves - como "o caso PC" e "a Máfia do Orçamento" que envolveram recursos muito mais vultosos que estes que a construtora Andrade Gutierrez reclama presentemente - são insuficientes provocar uma reação decisiva contra os aproveitadores de sempre. De nada valeu, por exemplo, a denúncia explícita que o senador Amir Lando, presidente da CPI do PC Farias, fez, ainda em agosto de 1992, sobre a podridão que anima o funcionamento da Comissão do Orçamento, ou a recomendação de sua extinção feita pelo deputado Roberto Magalhães, relator da CPI da Máfia do Orçamento, quase dois anos depois.

De qualquer forma, a simples moralização do processo de confecção e aprovação da LDO não supera seu caráter privatista, seu maior pecado. Para que seu funcionamento seja uma peça de valorização da Pessoa Humana e conquista do Bem Estar Social, é necessário que a planificação econômica tenha o objetivo de compensar as injustiças cometidas pela "planificação" capenga que o "livre" mercado opera e, nesse sentido, há a necessidade de que a confecção do LDO tenha um caráter público e não privado como vem acontecendo atualmente.

Alexandre Santos é presidente regional e dirigente nacional do Partido Solidarista Nacional (PSN)
Editorial de O Libertador, nº 50, da 1ª quinzena de dezembro de 1996.